RELAÇÃO ENTRE O PROFESSOR DA SALA COMUM E O PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO[1]

RELATIONSHIP BETWEEN THE COMMON ROOM TEACHER AND THE SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE TEACHER

RELACIÓN ENTRE EL PROFESOR DE SALA COMÚN Y EL PROFESOR DE SERVICIO EDUCATIVO ESPECIALIZADO

Osni Oliveira Noberto da Silva

RESUMO
O objetivo do presente artigo foi analisar e discutir a relação existente entre os professores que atuam com Atendimento Educacional Especializado com os professores das salas de aula comum das escolas regulares municipais da região do Piemonte da Diamantina, Bahia. A pesquisa ocorreu no território conhecido como Piemonte da Diamantina, formado por 9 municípios. Foi feito um estudo de campo, do tipo exploratória. Os sujeitos entrevistados foram 36 professores de Educação Especial que atuam com Atendimento Educacional Especializado nas Salas de recursos multifuncionais, tanto urbanas quanto rurais, dos referidos municípios, sendo 35 mulheres e 1 homem. Foi possível observar que a relação entre esses docentes com os professores que atuam na sala de aula comum das redes municipais ainda está longe do que pode ser considerado aceitável para a implementação de uma proposta de inclusão educacional. É notório que os diversos problemas apresentados são consequências que decorrem principalmente da falta de formação inicial e continuada dos docentes que atuam na sala comum para atuar com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.
PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado. Salas de recursos multifuncionais. Trabalho docente.

ABSTRACT
The objective of this article was to analyze and discuss the relationship between teachers who work with Specialized Educational Assistance and teachers in common classrooms of regular municipal schools in the region of Piemonte da Diamantina, Bahia. The research took place in the territory known as Piemonte da Diamantina, formed by 9 municipalities. A exploratory field study was carried out. The subjects interviewed were 36 Special Education teachers who work with Specialized Educational Services in multifunctional resource rooms, both urban and rural, in the aforementioned municipalities, 35 women and 1 man. It was possible to observe that the relationship between these teachers and the teachers who work in the common classroom of the municipal networks is still far from what can be considered acceptable for the implementation of a proposal for educational inclusion. It is clear that the various problems presented are consequences that result mainly from the lack of initial and continuing training of teachers who work in the common room to work with students with disabilities and/or special educational needs.
KEYWORDS: Specialized Educational Service. Multifunction resource rooms. Teaching work.

RESUMEN
El objetivo de este artículo fue analizar y discutir la relación entre los docentes que actúan en la Asistencia Educativa Especializada y los docentes de las aulas comunes de las escuelas regulares municipales de la región de Piemonte da Diamantina, Bahia. La investigación tuvo lugar en el territorio conocido como Piemonte da Diamantina, formado por 9 municipios. Se realizó un estudio de campo exploratorio. Los sujetos entrevistados fueron 36 docentes de Educación Especial que laboran con

[1] O presente artigo é parte integrante de pesquisa de Doutorado desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE/FACED/UFBA) e financiado através de bolsa oferecida pelo Programa de Apoio à Capacitação de Docentes (PAC-DT) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

Servicios Educativos Especializados en salas de recursos multifuncionales, tanto urbanas como rurales, en los municipios antes mencionados, 35 mujeres y 1 hombre. Se pudo observar que la relación entre estos docentes y los docentes que actúan en el aula común de las redes municipales aún está lejos de lo que puede ser considerado aceptable para la implementación de una propuesta de inclusión educativa. Es claro que los diversos problemas presentados son consecuencias que se derivan principalmente de la falta de formación inicial y continua de los docentes que laboran en la sala común para trabajar con alumnos con discapacidad y/o necesidades educativas especiales.
Palabras clave: Servicio Educativo Especializado. Salas de recursos multifuncionales. Trabajo docente.

INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Escolar do ano de 2014 foi possível observar um histórico aumento no número de matriculas de alunos com deficiência nas escolas regulares do Brasil, sendo que de 1998 os números saltaram dos 43.932 alunos com deficiência matriculados para os 648.921 em 2013 (BRASIL, 2017, p. 7).

Essa ampliação segue dentro do objetivo proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

> A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais, garantindo:
> •Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
> •Atendimento educacional especializado;
> •Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
> •Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
> •Participação da família e da comunidade;
> •Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
> •Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 10).

Um dos elementos importantes para a concretização da inclusão nas escolas diz respeito ao trabalho do professor de Educação Especial que atua com Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas.

A Sala de Recursos Multifuncionais vem a ser o local apropriado para o atendimento do aluno de AEE, por conta de que normalmente é preenchida de uma

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

gama de materiais e mobiliários adaptados, recursos e equipamentos que auxiliem no trabalho desenvolvido pelo professor.

O AEE vem a ser um serviço de apoio no turno oposto ao que o aluno com deficiência frequenta a sala de aula comum, tendo como um dos objetivos ser um complemento ao desenvolvimento educacional dos alunos, se utilizando para isso todo o aparato de adaptações físicas, materiais e pedagógicos existentes na SRM.

Por conta disso a legislação, especificamente a Resolução nº 4 de 2009 já previa a existência de um trabalho colaborativo entre os professores de AEE das Salas de Recursos Multifuncionais e os docentes que trabalham nas salas de aula do ensino regular, como explicado por Poker et al (2015, pág. 58).

> Nesta direção, a ação do professor das SRM deve ser estrategicamente planejada em parceria com o professor da sala regular, de maneira a atender as necessidades educacionais de seus alunos, identificando os melhores caminhos que favorecem seu desenvolvimento para a superação das barreiras e garantindo a acessibilidade curricular. (p. 58).

Assim, é imprescindível que exista uma boa relação entre o professor de AEE, que dará suporte necessário, inclusive na discussão de estratégias de ensino, produção de materiais pedagógicos etc. Já o professor de sala comum que precisa dar as informações necessárias, o "*feedback*" das dificuldades de seu aluno que também frequenta a Sala de Recursos Multifuncionais.

Entretanto, de acordo com alguns autores que estudaram esse tema, a parceria entre os professores que atuam no AEE e os docentes da sala de aula regular nem sempre ocorre de forma harmoniosa (ROPOLI, 2010; MAYCA, 2012; FERNANDES, 2016; MIRANDA, 2016; SILVA et al, 2019; PAIXÃO, 2021).

Desse modo, é inegável a relevância desse tema para a materialização da inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Por conta disso, o objetivo do presente artigo foi analisar e discutir a relação existente entre os professores que atuam com Atendimento Educacional Especializado com os professores das salas de aula comum das escolas regulares municipais da região do Piemonte da Diamantina, Bahia.

De forma a ajudar na compreensão da pesquisa, o presente artigo está dividido didaticamente em introdução, metodologia, análise e discussão dos dados e considerações finais.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa feita através do método qualitativo, tipo exploratório, realizada através do um estudo de campo, que se valeu, para a coleta de dados, de uma entrevista com roteiro semiestruturado, que possibilitou o contato direto do entrevistador com os sujeitos com os sujeitos para a obtenção de respostas sem alternativas definidas.

Richardson (2008) descreve que o próprio conceito de "entrevista" já está subentendido que é um ato de ver e se preocupar com alguma coisa, já que segundo o mesmo autor:

> O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (p. 207-208).

A pesquisa ocorreu no território conhecido como Piemonte da Diamantina, que é um dos 16 territórios de identidade do estado da Bahia e que é formado por 9 municípios a saber: Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova.

Os sujeitos entrevistados foram 36 professores de Educação Especial que atuam com Atendimento Educacional Especializado nas Salas de recursos multifuncionais, tanto urbanas quanto rurais, dos referidos municípios, sendo 35 mulheres e 1 homem. A entrevista assim, garantiu que os docentes puderam expor suas opiniões acerca do tema da sua relação com o professor das salas comuns nas escolas em que trabalham.

Para analisar os dados coletados utilizada a técnica da Hermenêutica Objetiva, que segundo Vilela e Nápoles (2010) tem como foco esclarecer a lógica existente em um texto, que pode ser derivada de entrevista, discurso, documento oficial, relatórios etc., já que segundo os mesmos autores, o mundo a ser revelado constrói seus sentidos pela linguagem materializada no texto (VILELA; NAPOLES, 2010).

Foi entregue aos professores, no momento de ida ao campo, um termo de colaboração, solicitando-lhes a participação na pesquisa e a reprodução dos seus discursos, além de respeitar todas as normas referentes a ética em pesquisa com seres

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

humanos. Os nomes dos professores foram substituídos pela numeração da ordem em que eles foram entrevistados (Docente 01, Docente 02, Docente 03 etc).

O conteúdo das gravações de áudio foi avaliado após transcrição. De acordo com a Hermenêutica Objetiva, essa informação textual é chamada de Protocolo. Esse método de análise opera reconstruindo o contexto porque reconhece que o resultado da prática social não acontece por acaso, mas sim como resultado das normas que a moldam (VILELA; NAPOLES, 2008).

O contato com temas relacionados à proposta inclusiva foi o foco principal do protocolo neste artigo, e foi mais especificamente a parceria entre o professor de AEE e o professor de sala de aula regular.

Pela leitura das transcrições das entrevistas, foi possível separar as falas em subcategorias que surgiram das ideias mais fortes expressas nas falas dos entrevistados, permitindo a análise e comparação com a literatura já existente.

Este estudo incluiu a apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido, bem como a submissão e posterior aprovação do projeto ao comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia (CEP/UNEB), por meio do parecer nº 2532.689, a fim de cumprir com as normas éticas relacionadas à pesquisa com seres humanos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: RELAÇÃO COM OS PROFESSORES DA SALA REGULAR

Através da análise dos discursos dos professores de AEE, captados através da entrevista, foi possível traçar um perfil da relação desses profissionais com os professores que atuam nas salas de aula comum.

De acordo com a fala de sete professores de AEE, a relação é considerada boa. É possível observar nas falas que os horários reservados as atividades complementares (ACs[2]) são usados como momentos de planejamento de estratégias para uma melhor atuação com os alunos da Sala de Recursos Multifuncionais que frequentam a sala comum:

[2] São os momentos de atividades complementares, em que uma parte da carga horária do professor é destinada a reuniões pedagógicas, planejamentos, avaliações etc.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

> *Isso foi uma grande dificuldade há quatro anos atrás. Mas hoje nossa coordenadora nos dá muito apoio e nós conseguimos fazer nos Acs, nós nos encontramos, trocamos figurinhas. Os professores já passam por e-mail as atividades, perguntam. Eu faço modificação e mando pra eles. Visito as salas, fico um pouquinho nas salas. Enfim, esse elo já acontece, graças a Deus (DOCENTE 01).*
>
> *Não, aqui o trabalho da gente é bem claro e assim existe uma relação muito boa entre direção, coordenação, os outros professores né eu procuro estar sempre nas ACs, justamente pra ter essa confiança e pra ser uma coisa muito clara, sim, só com apoio, sem interferência, só com apoio (DOCENTE 16).*
>
> *A gente tem interação com os professores, de tá ali participante, se tá participando, se tá tendo algum efeito, se tá refletindo em sala de aula, a gente sempre conversa. Tem esse trabalho de entrevistas também que a gente faz, pra tentar ajudar de alguma forma, porque a gente não tem um diagnóstico, agente nem pode fazer um diagnóstico médico. Então é de interação mesmo e troca de experiências. Os professores ainda têm um pouco de medo, aí corre aqui pra gente. "Como eu vou fazer? Tem os outros alunos e esse aluno, como é que eu vou agir diante da dificuldade dele?" (DOCENTE 17).*
>
> *Muitos ainda têm resistência porque não sabem como trabalhar com esse aluno. Gradativamente a gente percebe que os professores estão tendo outro olhar em relação a eles. Eles mesmos percebem os avanços dos alunos. Muitos deles conheciam eles antes do atendimento e depois do atendimento. Os próprios professores hoje já observam essa mudança (DOCENTE 24).*
>
> *No caso do professor eu acredito que se não tiver o aluno especial pra ele é melhor, é menos trabalho. Infelizmente a gente vê dessa forma. Mas eu acho que isso tá tendo uma mudança. Eles estão começando a entender e aceitar melhor. Nós tivemos um curso pra os professores. Fora isso nós temos encontros semanais, as atividades complementares (DOCENTE 27).*
>
> *Geralmente a gente tem essa interação por meio das ACs. Fui pra com os professores da sala de aula comum, já explicar como são as minhas atribuições, o que que eu espero dele, o que que precisa na parceria, pra estabelecer a parceria e dizer que como nas outras ACs vou estar junto com eles pra a gente ter essas flexibilizações (DOCENTE 29).*
>
> *Agente tem um AC quinzenal, entre os professores da sala regular, o coordenador e o profissional do AEE. Então a gente passa esse feedback, com relação a tempo de adaptação de atividades, a cronograma de avaliação, a priorizar questões, a adaptar material, a suprimir conteúdo. A parceria lá é bastante interessante (DOCENTE 33).*

Está claro que o trabalho desenvolvido pelos docentes de AEE conjuntamente com o professor da sala de aula comum, na medida que favorece a atuação dos dois profissionais, também beneficia os alunos. Tanto aqueles que frequentam a Sala de Recursos Multifuncionais quanto aqueles exclusivos da sala de aula comum, que são influenciados pela parceria entre os professores, através de práticas pedagógicas que visam a interação, buscam a materialização da proposta de inclusão educacional.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

Porém, oito professores de AEE disseram que não consideram satisfatória a relação com os docentes da sala de aula comum, sendo que a principal alegação reside no fato de que os professores se queixam de falta de formação para atuar com alunos considerados especiais, o que causa um entrave na relação entre os dois:

> *É outra discussão muito latente hoje nas nossas formações, porque o professor da sala regular é um professor com uma demanda muito grande. Esse professor adquire o hábito do discurso: "eu não tenho formação! Eu não tenho como lidar!" Mas depende de profissional. Essa relação é uma relação de querer e de bem querer, de você ter sensibilidade pela situação, de querer se aliar com o outro profissional pra ouvir e receber orientações. Que na grande maioria das vezes o professor da sala regular vê como responsabilidade apenas da sala de atendimento (DOCENTE 03).*
>
> *Essa interação com a sala regular é um pouco difícil porque eu da sala do AEE tenho procurado esse professor, saber como é ele tá trabalhando com esses alunos, fazendo essas adaptações. O professor tem me queixado muito que não tem LIBRAS, que não tem curso, que não vai fazer nada com esse aluno, pede socorro. E eu tô fazendo o que eu posso. Eu acho que num momento desse, que a gente tá com essa diversidade, com tantos cursos. Eu acho que também falta interesse do professor porque eu não cheguei a essa sala aqui de repente, por uma carga horária, eu tô aqui por amor, pela busca. Então a gente precisa buscar. Então eu faço o que eu posso (DOCENTE 05).*
>
> *É um medo, e agente até entende, porque como eles não tem formação eles ficam com medo, porque fica difícil para adaptar as atividades, o currículo, não é uma coisa fácil. Mas eu e eles trabalhando junto dá certo. Antes não adaptada provas lá na escola, mas agora a gente já adapta. Agente pergunta ao próprio aluno, porque o objetivo é cada professor faça sua prova com ela, de cada disciplina. Eu digo pra ela: -você tem que lutar pelos seus direitos. Agente também tem que colocar o aluno para ter autonomia e lutar pelos seus direitos (DOCENTE 13).*
>
> *A grande dificuldade é com o professor do regular. Nem todos, mas tem aqueles que não são sensíveis a causa da inclusão. Eles falam que não tem formação. Que não sabem o que fazer com aquele aluno. A gente tem que ir com muito tato, ter um bom entrosamento, nunca ir de encontro, sempre tentar da melhor forma possível. Eu tenho uma boa relação com meus professores do regular. Eu sempre estou na sala junto com eles, tenho acesso toda semana ao planejamento que eles fazem e na medida do possível eu vou dando um suporte de adaptar as atividades. Mas é um pouco difícil, é desafiador (DOCENTE 15).*
>
> *Eles também não estão preparados pra receber alunos com deficiência e não tem o mediador que ajude eles na sala comum pra trabalhar com esses alunos. Ai quando chega no final do ano, "como é que a gente vai fazer pra promover esse aluno pra série seguinte? Como é que vou avaliar esse aluno? Tu vai dizer como é, porque tu é da sala de AEE tu vai dizer como é nós vamos avaliar esse menino". Mas esse é um processo que a gente tem que vê durante o ano todo e as vezes o professor não tá aberto a isso. Eu entendo o lado que eles não nenhuma preparação pra isso. Outra coisa que a gente vem querendo é que esses professores tenham uma formação, pra que eles recebam esse menino com outro olhar (DOCENTE 26).*

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

> *É o que eu vejo, aceitar ele aceita só que dá maneira dele. Só que na verdade ele não é preparado pra receber esse aluno do AEE na sala de aula normal. Não, não (DOCENTE 30).*
>
> *Aqui inicialmente teve resistência. O professor com 40 e poucos alunos e um aluno especial, sem uma capacitação, não é fácil (DOCENTE 09).*
>
> *O professor do regular e o aluno do AEE até tem um bom vinculo. O que eu percebo, que se torna uma problemática, é que o professor, embora se tenha cursos, ele ainda reclama por não ter um preparo pra estar com esse aluno. Agente tem muita dificuldade de chegar nesse professor. Era pra ser o contrário, o professor da sala regular vir até nós. Porque o professor diz "eu não sei trabalhar com esse menino". E a gente tá se sobrecarregando também com as atividades que a gente se propõe a transformar pro professor, e são muitos (DOCENTE 21).*

Autores como Buiatti (2013), Fettback (2013), Porto (2014) e Luna (2015) também observaram que havia problemas de comunicação e falta de planejamento integrado entre instrutores da sala de recursos multifuncionais e professores da sala de aula regular em suas pesquisas realizadas em várias regiões do país.

Essa situação pode ser compreendida pelo fato de que os cursos de Licenciatura tradicionalmente ainda estão sedimentados em um tipo de formação voltada para atuar com um aluno considerado "padrão", de modo que muitos desses docentes das salas comuns concluíram sua graduação com pouca ou nenhuma experiência ou base para atuar com alunos com deficiência, apesar de já existir nos últimos anos várias produções científicas que direcionam para um olhar mais atento a diversidade dos alunos em sala de aula comum.

Por conta disso, autores como Paisan et al (2017) compreendem que é importante que sejam oferecidos cada vez mais cursos de formação continuada para capacitar os professores na atuação com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, pois sem esse conhecimento e segurança dos professores da sala comum "fica difícil haver um sentimento de parceria com o professor da SRM de forma que este se sinta menos solitário em seu trabalho" (PASIAN et al, 2017, p. 979).

As consequências para a falta de uma formação continuada para os professores da sala comum podem trazer sérias consequências para a proposta de inclusão, como por exemplo a exclusão do aluno de AEE na sala comum, já que alguns professores, sem saber o que fazer, acabam se eximindo da responsabilidade na educação formal dos alunos, como é explicado através da fala de cinco professores de AEE:

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

> *Essa interação, a gente vai nas salas. Agora no início do ano fomos nas salas procurar os professores pra saber se tinha algum aluno. Esse é o primeiro passo. Nós temos esse encontro também nas ACs. E quando o professor se vê na necessidade de uma avaliação, aí recorre agente. A visão geral dos outros profissionais da escola. O aluno não consegue ficar na sala, "a eu vou colocar na sala do AEE", "olhe trouxe esse menino aqui pra tú", aí abre a porta e "joga" o menino dentro da sala (DOCENTE 04).*
>
> *É uma barreira, é uma barreira. Eu estou tentando, procurando como quebrar essa barreira, porque assim é o aluno do AEE. Vai pra escola regular e ele ainda fica isoladinho lá no canto, e ainda existe professores que dizem esse aluno é do AEE, não é aluno daqui da escola. Eu já sentei com alguns coordenadores, já fui de encontro a eles, já conversei, alguns já minimizaram a situação, mas não está 100%, eu posso garantir que não tá 50%, desse processo de inclusão ainda não, ainda tá faltando muita coisa (DOCENTE 08).*
>
> *Em partes é legal, porque eu tenho trocado muitas ideias com algumas professoras das salas regulares, elas me pedem opinião, ajuda pra adaptar as atividades delas. Já outros professores querem mesmo é se livrar do aluno com deficiência, principalmente porque a demanda aqui é grande, de alunos com deficiência mental. A maioria dos alunos não ficam na sala regular e quando eles vêm pra cá eles gostam mesmo, fazem atividades, brincam com os brinquedos e eles se sentem valorizados aqui. Até porque o atendimento é individual, 50 minutos pra cada aluno. Esse momento é importante porque a professora pode dar a atenção que eles precisam (DOCENTE 14).*
>
> *A interação é mínima. Geralmente é assim: "vocês estão no AEE, então tem que dar conta de resolver a situação que nós estamos enfrentando dentro da sala de aula". A gente sente assim bem discriminado dentro da escola. O AEE não é visto como uma necessidade da escola. O AEE é visto como um anexo aqui da escola, estranho a escola (DOCENTE 18).*
>
> *Qualquer coisa que acontece na sala, mesmo no regular, eles me chamam. Eu acho bom né? Porque como eu sou funcionária ai melhora. Ai outro chega e diz: "tu que é a professora" ... Eles não se acham professor. Ela também é professora, mas elas dizem assim: "tu que é a professora como é que eu faço assim e assim?", ela já se exime. Aí eu vou e dou a orientação a ela (DOCENTE 36).*

De acordo com a fala dos Docentes 25, 26 e 35, é muito comum também que o professor da sala comum ao receber o aluno do AEE, acaba simplesmente mantendo os mesmos planejamentos, metodologias e avaliações, o que acaba invariavelmente por excluir o aluno do AEE das atividades da sala comum:

> *Geralmente os professores eles têm um certo medo, dos alunos, pra que o aluno se desenvolva é necessário que o professor chegue perto, conheça o aluno. E as vezes o professor deixa o aluno lá no seu canto, isolado (DOCENTE 25).*
>
> *O professor recebe o aluno porque ele é obrigado a receber. Alguns até dizem que não querem, ainda querem escolher, dizer que não. Mas a lei diz que eles têm que estar em sala de aula comum, eles são obrigados a receber.*

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

> *Então recebem esse aluno e eles ficam lá à toa. Mas não percebe aquela boa vontade (DOCENTE 26).*
>
> *Eu vejo que falta um respeito, falta um carinho, por parte dos professores da regular, porque os planejamentos são voltados para os considerados normais entre aspas. As vezes eles me procuram só no AC, dificilmente, mas volta e meia eles vêm e falam (DOCENTE 35).*

Além da já referida falta de formação, a falta de empatia pelo outro ser humano, principalmente vindo de professores que atuam com alunos em bairros carentes, gera situações absurdas de pré-conceito, como pode ser lido na fala da Docente 02:

> *Os professores não queriam porque dizia: "alunos que babam, que dão um trabalho maior, nossa você vai trabalhar naquela sala, os meninos que fedem", na concepção deles, porque a gente tá num entorno muito carente. Falta institucionalizar momentos na escola durante o seu cronograma, pra gente sentar com os professores e ver a questão dos alunos com deficiência (DOCENTE 02).*

Deste modo, é imprescindível que a parceria entre os docentes da sala comum com os professores de AEE ocorra de forma harmoniosa, pois segundo Nozu e Bruno (2017), é na sala de aula comum que muitos sinais de que um aluno deve ser encaminhado para o AEE são percebidos.

Ademais, diversos autores argumentam que o paradigma da inclusão só será implementado satisfatoriamente com a efetiva parceria entre os professores de AEE e da sala comum, com suas respectivas atuações, complementando-se mutualmente (ROPOLI, 2010; MAYCA, 2012; MIRANDA, 2016).

Assim, está claro que a inclusão não é responsabilidade apenas de um ou outro docente, mas necessita da participação de todos os envolvidos, haja vista que apesar de fundamental para a inclusão, o professor de AEE não pode ser o único a ter sob seu ombro a responsabilidade de efetivá-la (OLIVEIRA, 2015).

Segundo Albuquerque (2014) "o professor da sala regular, que conhece bem o aluno, tem maiores possibilidades de atender às suas particularidades físicas, emocionais e educativas" (p. 199). Assim a colaboração entre os professores podem ser a mola propulsora para a implantação da inclusão, pois segundo Miranda (2016) as escolas que trabalham visando essa cooperação possuem menos taxas de evasão por conseguirem solucionar seus problemas de forma mais eficiente.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

De acordo com o relato de três professores, o grande número de alunos na sala comum também é um entrave na relação construtiva entre docentes de AEE e da sala de aula comum:

> *O AEE com a escola regular? Eu acho que a princípio houve uma resistência natural, até por desconhecer. Mas hoje os professores já estão assim tendo uma visão diferente. Não faz aquele trabalho ainda muito satisfatório, por que assim ainda depende muito de cada pessoa, de cada profissional. Acham que a obrigação do aluno é do AEE e não da escola, "aquelas meninas do AEE que não fazem nada". Mas são coisas assim que ao longo do tempo as pessoas vão se conscientizando (DOCENTE 06).*
>
> *Quando o outro passa e vê a gente aqui sentado com um monte de aluno, e ainda no ar condicionado, e eles com um monte alunos, eles têm aquela ideia de que nós estamos com uma vida muito confortável. Ai a gente tá indo mais nas Acs, ano passado a gente fez a construção de material didático. A gente já tá quebrando mais isso (DOCENTE 20).*
>
> *Não é fácil. Por exemplo, eu na sala de recursos a cada 60 minutos eu atendo um aluno e na sala regular eu tô com 30 mais 1, 25 e mais 2, 25 e mais 3. É como se esse contato não tivesse um fio condutor. Mas a gente não conseguiu ainda chegar nesse professor pra chegar nesse aluno. Como ter essa flexibilização entre os dois professores pra isso chegar no aluno? Eu não consigo enxergar ainda essa flexibilização consistente pra dar essa assistência pro aluno (DOCENTE 31).*

A análise das falas permite aferir que há pelos professores da sala comum um sentimento de injustiça por ter uma sala com uma quantidade numerosa de alunos, em relação ao trabalho individualizado exercido pelos docentes de AEE na Sala de Recursos Multifuncionais. Isso ocorre muito por conta da falta de compreensão por parte de alguns docentes da sala comum sobre o trabalho desenvolvido no AEE, que é diferente tanto do ponto de vista legal quando da sua proposta de intervenção.

Segundo a fala da Docente 34, a maneira que o professor da sala comum age em relação a um aluno frequentador do AEE influencia diretamente na maneira com que os outros alunos tratam o aluno dito "especial".

> *Eu sempre digo assim, que a visão dos alunos da classe, o social da escola, a visão deles é a visão do professor. Porque querendo ou não quando a gente trabalha com o fundamental I e II, as vezes até no ensino médio, o espelho dos alunos é o professor. Então o que acontece, se eu, enquanto professora, tenho uma visão, eu tenho uma postura equilibrada de acolhida com relação aquele aluno, os meus alunos também terão, isso, então o que é que eu vejo essa dificuldade, que se o professor escanteia esse aluno, ele não dá a atenção devida para esse aluno, os colegas também participam da mesma forma. Se o professor tiver esse olhar mais aguçado a visão do aluno com deficiência seria outra em sala de aula (DOCENTE 34).*

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

Esse relato é importante pois a influência do professor sobre os alunos é relevante, tanto em aspectos educacionais quanto morais, emocionais, sociais etc. Além disso, junto com os pais e algum outro familiar, o professor é uma das poucas figuras de autoridade de convivência quase diária, quando não chega a ser a única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos trechos das entrevistas realizadas com as 35 professoras e 1 professor, todos de AEE dos municípios integrantes do território do Piemonte da Diamantina na Bahia, foi possível observar que a relação entre esses docentes com os professores que atuam na sala de aula comum das redes municipais ainda está longe do que pode ser considerado aceitável para a implementação de uma proposta de inclusão educacional.

É notório que os diversos problemas apresentados são consequências que decorrem principalmente da falta de formação inicial e continuada dos docentes que atuam na sala comum para atuar com alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Apesar de ser parcialmente avaliado como satisfatório, ainda há desafios, principalmente na definição do que é diferente para diminuir o estigma e a discriminação vivenciados pelos alunos do AEE. Esses desafios incluem também promover a formação continuada do professor que atua na sala de aula regular, para que ele se sinta seguro o suficiente para contribuir de forma mais efetiva com a proposta de inclusão.

Dito isto, está posto aí a demanda a ser enfrentada pelos gestores municipais das localidades estudadas. Porém, nada impede que tais resultados possam servir de alerta e elemento norteador para que outros municípios possam cada vez mais conseguir implantar a proposta da inclusão em suas respectivas escolas.

Assim, propomos que mais estudos acerca dessa temática sejam produzidos por pesquisadores em diversos outros locais, tanto no estado da Bahia, quanto nos outros estados do Brasil.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. R. **Prática Pedagógica inclusiva:** um estudo de caso em escola com atendimento educacional especializado (AEE) em Jaboatão dos Guararapes-PE. 2014. 340 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

BRASIL. Censo Escolar. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília: Inep, 2017.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BUIATTI, V. P. **Atendimento educacional especializado: dimensão política, formação docente e concepções dos profissionais.** 2013. 324 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

FETTBACK, C. S. **Uma Contribuição ao Estudo das Relações entre Família, Escola e Atendimento Educacional (AEE) no Contexto da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2013. 204 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade da Região de Joinville. Joinville.

FERNANDES, A. P. C. S. O ser e o saber-fazer docente nas escolas das ilhas de Belém/PA. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 32-49, set./dez. 2016.

LUNA, C. F. **Sala de Recursos Multifuncionais (SRM):** uma política pública em ação no Sudoeste Baiano. 2015. 223 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia. Salvador.

MAYCA, F. G. Relação do atendimento educacional especializado no e com o ensino regular: uma parceria mais que especial. **Anais do Congresso de educação básica.** Florianópolis – SC, 2012.

MIRANDA. T. G. A relação entre o professor da educação especial e da educação comum. **Jorsen – Journal of research in special education needs**, vol. 16, nº s1, 2016, p. 98-105.

NOZU, W. C. S; BRUNO, M. M. G. **Interface Educação Especial – Educação do campo:** tempos, espaços e sujeitos. Anais da 38ª Reunião Educacional da ANPEd, São Luiz – MA, 2017.

OLIVEIRA, N. M. S. **O professor do atendimento educacional especializado:** atuação e representações sociais. 49 p. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) Universidade de Brasília. Brasília – DF.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.	
Recebido em: 09 dez. 2021	Aceito em: 30 dez. 2022

PAIXÃO, E. G. Inclusão de aprendizes com deficiência intelectual: entraves encontrados pelos docentes no processo de ensino e aprendizagem. **Diálogos e Diversidade**, v. 1, p. e12686, 19 nov. 2021.

PASIAN, M. S; MENDES, E. G.; CIA, F. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. **Cad. Pesqui.** São Paulo, v. 47, n. 165, p. 964-981, Sept. 2017.

POKER, R. B.; MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M. Análise de uma Proposta de Plano de Desenvolvimento Individual: o Ponto de Vista do Professor Especialista. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v.2, n.1, p. 55-72, jan.- jun., 2015

PORTO, P. P. **Caracterização do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncional: Um Estudo Do Contexto Paranaense**. 2014. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3. ed. 9ª Reimpressão. São Paulo: Atlas, 2008.

ROPOLI, E. A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar***:* a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, O. O. N.; MIRANDA, T. G.; BORDAS, M. G. A. Educação Especial no campo: uma análise do perfil e das condições de trabalho dos docentes no Piemonte da Diamantina – Bahia. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Vol. 4, 2019, p. 1-18.

VILELA, R. A. T.; NAPOLES, J. N. A pesquisa sociológica "Hermenêutica objetiva": novas perspectivas para a análise da realidade educacional e de práticas pedagógicas. **Anais da 31ª Reunião Anual da Anped.** Caxambú, 2008.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 23, n. 3, p. 139-152, set./dez. 2022.
Recebido em: 09 dez. 2021 | Aceito em: 30 dez. 2022